

Parecer nº 104/97

Data: 1997.10.22

Processo nº 252

Requerente: Ministro da Economia

I - Consulta

O Senhor Ministro da Economia veio, ao abrigo do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, solicitar o parecer desta Comissão sobre se impende sobre o Governo o dever legal de facultar o acesso a documentos relativos ao contrato de Compra e Venda dos Créditos sobre a Torralta cuja negociação decorreu sob a égide do Ministério da Economia.

Com efeito, José Manuel Fernandes, então Director-Adjunto do jornal "Público" e as jornalistas do mesmo diário Cristina Martins e Ana Fernandes requereram ao Senhor Ministro da Economia que, ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, lhes fossem disponibilizadas fotocópias da versão integral do "contrato de Compra e Venda dos Créditos sobre a Torralta - Clube Internacional de Férias. incluindo todos os seus anexos".

II – Fundamentação

1. O artigo 268º/2 da Constituição e o artigo 65º do Código de Procedimento Administrativo (CPA) - que consagram o "princípio da administração aberta" - e o nº 1 do artigo 7º da Lei nº 65/93 que protege o direito de livre acesso a todos os documentos não nominativos, vinculam a Administração Pública a adoptar as medidas necessárias para que tal acesso tenha lugar no estrito prazo legalmente fixado, salvo se se verificar alguma das excepções previstas na lei: conterem os documentos informações cujo conhecimento possa pôr em risco ou causar dano à

segurança interna ou externa do Estado (artigo 5º da Lei nº 65/93), possa conflitar com o segredo de justiça (artigo 6º da Lei nº 65/93), possa ofender segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (nº 1 do artigo 10º da Lei nº 65/93), ou possa prejudicar a protecção dos direitos de autor e da propriedade industrial (nº 2 do artigo 10º da Lei nº 65/93).

Para obter acesso não carecem os requerentes de provar a titularidade de um interesse mais ou menos qualificado, nem de explicitar as finalidades a que se destinam os documentos. A lei prevê restrições à utilização comercial dos mesmos, mas aposta fortemente nas virtualidades do controlo difuso, desencadeado por protagonistas de uma espécie de "acção popular" de esclarecimento, grupos organizados, empresas carecidas de informação ou mesmo cidadãos apenas movidos pela curiosidade.

O direito de acesso pode assim tanto servir para assegurar a defesa dos direitos e interesses de quem requer o acesso aos documentos administrativos como para, lançando mais luz sobre a vida administrativa, defender a legalidade, modalidade de controlo democrático tanto mais preciosa quanto é, ela mesma, incontrolável, imprevisível e ilimitável fora do número bem medido de casos que a lei tipifica.

2. Os documentos a que os requerentes pretendem aceder não contém, pela sua natureza, dados que possam ter-se por pessoais, na acepção legal. Por outro lado, estando encerrado o processo negocial, não cabe alegar que se esteja perante documentos preparatórios cuja manutenção em segredo tenha justificação legal.

Não se vislumbra, igualmente, que possa invocar-se segredo comercial. As cláusulas contratuais estabelecem um vasto conjunto de obrigações e contrapartidas, sobre cada uma das quais é imprescindível que possa ser emitido pelos cidadãos, por outras empresas interessadas e pela imprensa livre um juízo quanto à legalidade do contrato e quanto ao mérito das opções assumidas. A protecção dos interesses comerciais em presença, finda que foi a sua regulação contratual, não é lesada pelo livre escrutínio público dos termos do pactuado.

Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos aprova o seguinte

III - Parecer:

Deve ser facultado aos requerentes, nos termos da alínea *b)* do nº 1 do artigo 12º da Lei nº 65/93, o acesso através de reprodução por fotocópia dos documentos a que pretendem aceder, à tabela legal, em função do seu volume.

Comunique-se ao Ministério da Economia e aos requerentes.

Lisboa 22 de Outubro de 1997

José Magalhães (Relator) - *Silva Marques* - *Narana Coissoró* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* – *José Renato Gonçalves* - *Gameiro dos Santos* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).